

REVISANDO A ECONOMIA POLÍTICA DO CONHECIMENTO: O LUGAR DO COLONIALISMO NA ATIVIDADE ACADÊMICA

Reviewing the political economy of knowledge: the place of colonialism
in academic activity

Nycolas Candido da Silva Lau ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7200-8464>

E-mail: nycolas.csilva@gmail.com

^a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOSSIÊ

Universidade e política: atores, conflitos e visões globais

RESUMO

Os debates da economia política sobre o papel da ciência no sistema capitalista têm sido cruciais em centralizar as universidades como instituições imbricadas nas dinâmicas de poder da política internacional e global. Entretanto, como a parte da leitura crítica das Relações Internacionais (RI) tem demonstrado, o colonialismo é um fator fundamental na consolidação das universidades como polos de poder; ainda que este seja sido um elemento pouco debatido na análise convencional da economia política sobre os processos do conhecimento acadêmico. Considerando este cenário teórico, o presente artigo propõe uma revisão bibliográfica do conceito de economia política do conhecimento, na tentativa de analisar os processos acadêmicos ligados ao avanço da dinâmica capitalista. Esta revisão explora, porém, o potencial analítico deste conceito ao abarcar o papel do colonialismo na composição da atividade científica. O argumento central a ser explorado é de que, sem dar conta do colonialismo, a economia política do conhecimento acaba concebendo o compromisso das universidades com o bem público como natural e ontológico, o que oblitera a análise dos processos de exclusão e violência que são mantidos pela articulação das universidades ao processo produtivo, porém operacionalizados, mais precisamente, pela via do mercado. Por isso, o artigo propõe, ainda uma rearticulação do conceito de economia política do conhecimento baseado nas reflexões de Rivera Cusicanqui sobre a operação do colonialismo pelas instituições acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE

Economia política do conhecimento. Universidades. Colonialismo.

ABSTRACT

Political economy debates about the role of science in the capitalist system have been crucial in centralizing universities as institutions embedded in the power dynamics of international and global politics. However, as part of the critical reading of International Relations (IR) has shown, colonialism is a fundamental factor in the consolidation of universities as poles of power; although this has been evaded in the conventional analysis of political economy on the processes of academic knowledge. Considering this theoretical scenario, this article proposes a bibliographic review of the concept of political economy of knowledge, in an attempt to analyze the academic processes linked to the advance of capitalist dynamics. This review explores, however, the analytical potential of this concept by embracing the role of colonialism in the composition of scientific activity. The central argument to be explored is that, without dealing with colonialism, the political economy of knowledge ends up conceiving the commitment of universities to the public good as natural and ontological, which obliterates the analysis of the processes of exclusion and violence that are maintained. by the articulation of universities to the production process, but operationalized, more precisely, through the market. Therefore, the article also proposes a rearticulation of the concept of political economy of knowledge based on Rivera Cusicanqui's reflections on the operation of colonialism by academic institutions.

KEYWORDS

Political economy of knowledge. Universities. Colonialism.

Há diversas formas de se compreender o papel das universidades na composição da política internacional e global. A academia tem sido centralizada há alguns anos por autoras¹ da economia política que debatem o papel da ciência e das universidades na dinâmica capitalista (CASTELLS, 2010; DOS SANTOS, 1983; RICHTA, 1972). Tais ponderações são cada vez mais fulcrais nas últimas décadas, que acompanham um intenso processo de reestruturação universitária nas diferentes partes do globo, ligado às pressões neoliberalizantes da acumulação de capital (BARRETT, 2017; BROUCKER; DE WIT, 2015; DAKKA, 2015, 2020; JESSOP, 2008; TORRES; SCHUGURENSKY, 2002).

Apesar de cruciais, estas reflexões da economia política tendem a dar pouca ou nenhuma atenção às dinâmicas do colonialismo enquanto definidoras do conhecimento legitimado como racional e científico. Esta é uma análise que, por outro lado, tem sido feita intensamente por pensadoras engajadas em projetos de decolonização do saber que se preocupam com a predominância de discursos e metodologias eurocêntricas na prática científica (DUSSEL, 1993; DUSSEL; FORNAZZARI, 2002; MIGNOLO, 2012; QUIJANO, 2005; WALSH, 2009). A escassez destes debates na análise da economia política, portanto, ofusca o entendimento da universidade como uma instituição historicamente arraigada em práticas de exclusão e violência, o que prejudica a compreensão do que está de fato mudando no caráter da academia com os processos de reestruturação universitária.

Considerando este cenário teórico, o presente artigo propõe uma revisão bibliográfica do conceito de economia política do conhecimento, na tentativa de analisar os processos acadêmicos ligados ao avanço da dinâmica capitalista. Esta revisão destaca, porém, o potencial analítico deste conceito ao abarcar o papel do colonialismo na composição da atividade científica. O argumento central a ser explorado é de que, sem dar conta do colonialismo, a economia política do conhecimento acaba concebendo o compromisso das universidades com o bem público como natural e ontológico, o que oblitera a análise dos processos de exclusão e violência que são mantidos pela articulação das universidades ao processo produtivo, porém operacionalizados, mais precisamente, pela via do mercado. Este argumento será apresentado em três seções e uma conclusão. A primeira seção se dedica a destrinchar o conceito de economia política do conhecimento, baseando-se, sobretudo, nas reflexões de Amaral e Nova (1993), Strange (2015) e Haggart (2019). A segunda seção, procura analisar as dinâmicas iluminadas por este conceito em perspectiva histórica, a fim de destacar como a compreensão predominante sobre a reestruturação universitária se apoia em uma leitura da academia que pouco se sustenta quando a abordagem histórica abrange a expansão colonial europeia. Considerando este limite analítico, a terceira seção busca rearticular o conceito de economia política do conhecimento através das contribuições de Rivera Cusicanqui (2010) que centralizam a operação do colonialismo pelas instituições universitárias. A conclusão do artigo remonta o potencial analítico da rearticulação proposta.

¹ Como forma de evitar patriarcalismos da linguagem, utilizarei a flexão de gênero feminina para substantivos e adjetivos que pretendem ser referir a um todo. Pode-se considerar que se faz referência ao substantivo pessoa(s)

O CONCEITO DE ECONOMIA POLÍTICA DO CONHECIMENTO

Além das compreensões sobre o papel da academia na política internacional-global, há também diversas formas de teorizar porquê e como a produção de conhecimentos se interliga, em primeiro lugar, com a produção de bens, considerando o sistema capitalista. Neste artigo, centralizarei, entretanto, abordagens que discutem, diretamente, a construção de uma economia política do conhecimento através das instituições acadêmicas.

Já na década de 1990, Amaral e Nova (1993) formulavam uma definição da economia política do conhecimento que destacava o funcionamento do capitalismo como principal fator responsável pelas desigualdades na aquisição de saber pelas sociedades. Segundo os autores, a economia política do conhecimento é o “processo de distribuição do conhecimento [...] responsável pela diversidade de padrões culturais [...] assim como pelo poder e controle de um grupo ou categoria de indivíduos sobre o restante da sociedade”. Para eles, essa economia política lida, centralmente, com a distribuição simbólica do conhecimento, isto é, o modo como valores, ideias, comportamentos e habilidades são passados de um grupo para o outro em uma sociedade, ou entre sociedades diferentes, através de práticas de transmissão, como o aprendizado, que lidam primordialmente com discursos e linguagens mais do que com bens materiais. A forma de transmitir saberes, bem como de adquiri-los, não é homogênea, mas, ao contrário, “varia de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, de categoria para categoria” (AMARAL; NOVA, 1993, p. 184). Por isso, a distribuição de conhecimentos é desigual e um dos processos responsáveis por criar diferentes padrões culturais na medida em que pessoas e grupos distintos vão criando diferentes relações com o saber.

Tal desigualdade permite, ademais, que um grupo mantenha controle sobre outros ao concentrar o conhecimento a ser distribuído e as formas de sua transmissão. Esta dinâmica de poder, segundo os autores, não é dada, porém, pelo acaso, mas pela organização em classes do capitalismo. Amaral e Nova (1993) chamam atenção para como, em diversos países, incluindo o Brasil, o acesso ao conhecimento especializado tende a ser um privilégio das classes abastadas, que alcançam com mais facilidade a profissionalização pelo ensino superior e, ademais, garantem este acesso às gerações posteriores. Por isso, chegam à conclusão de que

o controle dos meios de produção e da força do trabalho por alguns grupos na sociedade capitalista, assim como a ideologia da divisão de classes e sua perpetuação pela super-estrutura (religião, educação, entre outras instituições) são responsáveis pela manutenção do conhecimento do mundo nas mãos de uns poucos grupos (AMARAL; NOVA, 1993, p. 187).

Em outras palavras, a desigualdade inerente ao sistema capitalista sustenta a economia política do conhecimento, isto é, a distribuição simbólica de valores, ideias e habilidades; como o privilégio de uma minoria abastada sobre outros grupos populacionais. Esta minoria alcança os postos profissionais e educativos onde o conhecimento especializado é mais intensamente compartilhado e, por isso, concentram em suas mãos o tipo de saber que dita as regras da economia moderna. É importante, porém, salientar, que, para construir esta conclusão, Amaral e Nova acabam fundindo,

de maneira problemática, a “classe” enquanto ideologia das relações de trabalho e da divisão populacional do capitalismo, e a “classe social” como sentido dado para as categorias populacionais divididas em termos da distribuição de renda. São dois sentidos distintos cuja confusão pode obscurecer o funcionamento das relações de trabalho no capital pela apropriação dos meios de produção e não, somente, pela diferença entre ricos e pobres. Ainda assim, podemos, sem sacrificar o conceito de economia política do conhecimento de Amaral e Nova, traduzir a desigualdade na distribuição do conhecimento como a obstrução do saber especializado não somente aos mais pobres mas, em geral, à classe trabalhadora e a suas filhas, pois este é um marco da educação superior em economias urbano-industriais, como a brasileira (DOS REIS SILVA JÚNIOR; SPEARS, 2012).

Apesar de oferecer uma definição robusta de economia política do conhecimento que atenta para as desigualdades do capitalismo, a leitura de Amaral e Nova deixa de elucidar como, exatamente, os grupos que concentram saber exercem controle sobre os demais. O fato de que há parcelas da sociedade com maior acesso à educação superior do que outras revela uma hierarquia na economia política do conhecimento, porém não explicita como as agentes em posição de superioridade subordinam aquelas em posição de inferioridade aos seus interesses, mantendo a relação hierárquica. Por isso, faz-se relevante explorar o trabalho mais recente de Haggart (2019), para quem o conhecimento entra em uma dinâmica econômico-política através do exercício do poder estrutural. Haggart importa o conceito de “poder estrutural” de Strange (2015, p. 24-25, tradução nossa), que o define como:

O poder de moldar e determinar as estruturas da economia política global dentro da qual outros estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos econômicos e (não menos importante) seus cientistas e outras profissionais têm de operar. [...] O poder estrutural, em suma, confere o poder de decidir como as coisas devem ser feitas, o poder de moldar enquadramentos dentro dos quais os Estados se relacionam uns com os outros, se relacionam com pessoas ou se relacionam com empresas corporativas.

Na leitura de Strange (2015, p. 121), a estrutura de conhecimento (*knowledge structure*) consiste na determinação de “qual conhecimento é descoberto, como é armazenado e quem o comunica, por que meios para quem e em que termos”. Neste sentido, a estrutura do conhecimento também lida, para além de outros processos, com um problema de *distribuição* do saber, isto é, também analisa como, por quem, e por que meios o conhecimento é comunicado entre agentes; enquanto o poder estrutural atenta para a *desigualdade* nas capacidades que diferentes agentes alcançam de controlar esta distribuição.

Entretanto, duas diferenças se destacam nos conceitos de Strange quanto a abordagem de Amaral e Nova. A primeira diz respeito própria definição de estrutura de conhecimento que, diferente da ênfase distributiva de Amaral e Nova, compreende também os processos de armazenamento e da própria construção do conhecimento. Agentes que exercem poder na estrutura de conhecimento controlam, não apenas, como este é transmitido, mas também onde se concentra e como é criado. É justamente no entendimento da criação de saber como parte da estrutura de conhecimento

que Haggart (2019, p. 30) acrescenta algumas camadas à leitura Strange. Para ele, a definição de estrutura de conhecimento da autora aglutina processos que se interrelacionam, porém são analiticamente distintos, à saber: a legitimação do conhecimento (*knowledge-legitimation*) e a sua regulação (*knowledge-regulation*).

O primeiro processo, de legitimação, corresponde, mais diretamente, ao controle sobre o próprio caráter do conhecimento, visto que define a quais noções deve se dar crédito, ou seja, no que se deve acreditar e o que se deve, efetivamente, conhecer (ibid., p. 30-32). As universidades tem um importante poder estrutural neste processo, visto que o método científico exigido pela pesquisa acadêmica é um grande conferidor de legitimidade aos saberes construídos em sociedade, o que incide sobre quais conhecimentos serão usados e quais serão descartados nas diversas atividades sociais, incluindo a inovação e o comércio (BELOW *et al.*, 2014; DOS SANTOS, 1983). Além disso, as universidades postulam não apenas *o que* mas *quem* constitui o saber legítimo, visto que a construção de conhecimento especializado, adequado a cada função produtiva, é, em grande medida, reservada às profissionais qualificadas, ou seja, formadas na educação superior.

Já a regulação do conhecimento versa sobre o controle da transmissão, pois diz respeito aos “canais pelos quais as crenças, ideias e conhecimentos são comunicados – incluindo algumas pessoas e excluindo outras” (STRANGE, 2015, p. 119, tradução nossa). Nas palavras de Haggart (2019, p. 32, tradução nossa): “[e]sta parte da estrutura de conhecimento consiste nas regras formais e informais que regem a criação, disseminação e uso do conhecimento e as redes – humanas, institucionais, tecnológicas – envolvidas na criação, disseminação e uso do conhecimento”. As universidades podem ser vistas como um destes canais pelos quais o saber é transmitido através do ensino-aprendizagem e da divulgação científica. Neste sentido, elas emergem como alvos da “contestação política e regulação” (idem) de outras agentes, como empresas e Estados, que disputam pelo controle das redes de disseminação do saber. Em outra perspectiva, podemos ver as universidades como, elas próprias, agentes regulatórios, visto que a legitimidade científica não diz respeito apenas ao *status* do conhecimento, mas à estipulação dos métodos pelos quais ele deve ser descoberto para receber este *status*. Deste modo, a academia, através de órgãos específicos como as Comissões de Ética, e de práticas profissionais como a revisão por pares, regulam o conhecimento que será utilizado, por exemplo, na geração de inovação, pelos critérios do método científico, consolidando regras formais e informais para sua criação, disseminação e uso. Este aspecto elucidado como a diferença entre regulação e legitimação formula uma separação analiticamente útil, mas que não obstrui a relação co-constitutiva entre os dois processos: as normas que guiam a construção do conhecimento incidem sobre qual saber será considerado legítimo, e vice-versa (ibid., p. 33).

A segunda diferença entre o conceito de economia política de Amaral e Nova e abordagem econômico-política de Strange, consiste na disposição de Strange em qualificar o controle que é exercido pelas agentes que angariam vantagem nesta economia política. Elas influenciam o comportamento de outros agentes – Estados, suas instituições, suas empresas e suas profissionais – ao exercer um tipo específico de poder, definido pela capacidade de decidir os termos e os meios nos quais estas agentes partilham conhecimento entre si. Nesta ótica, a hierarquia central da estrutura de conhecimento não é entre classe trabalhadora e burgueses, mas entre as agentes com influência na distribuição do conhecimento e aquelas que se veem subordinadas às diretrizes das primeiras. Ainda assim, a desigualdade entre burgueses e proletários

sofre influência desta estrutura, na medida em que, como vimos, a interferência das universidades na legitimação do conhecimento informa qual parcela da população, pelo acesso facilitado ao ensino superior, concentrará o conhecimento especializado e poderá exercer, ela mesma, poder estrutural, ao criar, disseminar e acumular saber considerado legítimo.

Importante salientar que o poder estrutural de determinada agente também não se dá no vácuo, mas possui uma história. Como coloca Haggart (2019, p. 34, tradução nossa): “estruturas de conhecimento emergem por meio de ações historicamente contingentes de atores estatais e não estatais”. Sendo assim, uma economia política do conhecimento que considera o poder estrutural, as potências estatais articulam dominância através da mobilização histórica de suas instituições, empresas e profissionais em determinadas estratégias, como a negociação em fóruns internacionais, a promoção de infraestrutura, entre outras; que estabelecem a liderança destes países nos mecanismos e dinâmicas responsáveis por ditar como e para quem o conhecimento é produzido, armazenado e distribuído.

Assim, é possível entender a economia política do conhecimento como os processos de distribuição, armazenamento e produção de conhecimento pelos quais determinadas agentes – a princípio, estatais ou não-estatais, mas operacionalizados, sobretudo, pela atuação do Estado – disputam pelo controle dos canais de transmissão e dos mecanismos de legitimação do saber, o que revela as diferenças no trato com o conhecimento – pois há diferentes canais e mecanismos que co-constituem diferentes grupos sociais – bem como a composição hierárquica destas diferenças entre pessoas e grupos com poder estrutural sobre outras. Estes processos estão intimamente ligados à atividade científica das universidades e ao acesso à educação superior, na medida em que, como vimos com a legitimação e regulação do conhecimento, a produção e acumulação de saber científico se torna um dos fatores definidores da estrutura de conhecimento e do poder que é possível exercer através dela.

A ECONOMIA POLÍTICA DO CONHECIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A disputa por poder estrutural na economia política do conhecimento através das universidades tem, também, uma história, ligada à relevância da inovação na dinâmica produtiva capitalista e à conseqüente interligação entre universidades, poder estatal e mercado. Podemos explorar esta história a partir do conceito de “Revolução Científico-Tecnológica” (RCT), cuja primeira sistematização mais sólida foi realizada por Radovan Richta em conjunto com outros 44 pesquisadores na obra “Economia Socialista e Revolução Tecnológica” (1972).

De modo abrangente, a RCT seria uma nova ruptura tecnológica ocorrida no interior do capitalismo, ou seja, de acordo com as dinâmicas de exploração do trabalho pela dinâmica de classes e produção de mais-valia. Esta ruptura seria caracterizada pela transformação de toda a estrutura e dinâmica das forças produtivas do capital. Nestes termos, diferente da Revolução Industrial, onde a introdução das máquinas deslocava o trabalho humano para atividades de supervisão e operação destes novos instrumentos, a RCT inicia a geração de um “processo produtivo autônomo”, isto é, uma dinâmica em que as máquinas se relacionam com e são controladas por outras máquinas – principalmente, computadores –, substituindo totalmente a ação humana



nos processos mais elementares da produção. Para Richta (1972, p. 15), é uma mudança que se destaca por sua amplitude, colocando no horizonte “a transformação universal de todas as forças produtivas”. Dada tal abrangência, ela não se reduz a aspectos objetivos, isto é, às ferramentas de trabalho, mas alcança o fator subjetivo da produção, ou seja, o “status do próprio homem [sic]” (idem). Esse status se refere principalmente à relação da humanidade com a natureza. Se antes essa relação era mediada pelos instrumentos de trabalho,

[h]oje, entre o homem e a natureza não se interpõem apenas os utensílios e os instrumentos de trabalho, mas um processo técnico completo que, de um modo ou de outro, personifica uma ação sintética recíproca de instrumentos e de objetos; a que está assumindo sua intrínseca forma dinâmica (RICHTA, 1972, p. 16).

É desta maneira que, para Richta e seus colegas, com a introdução de novas tecnologias que se articulam entre si, o trabalho qualificado, ou seja, aquele em que há conhecimento sobre o “processo técnico completo” que interliga o funcionamento das máquinas na produção, substitui o “trabalho elementar”, não-qualificado, que se resume à operação dos utensílios e instrumentos. Sendo assim, a produção se transforma “de simples processo operativo em processo científico”: a geração de conhecimentos e sua aplicação tecnológica se destaca como força produtiva principal (RICHTA, 1972, p. 17 e 47). Vemos que a qualificação pelo ensino superior se tornou fundamental na dinâmica produtiva pelo modo com que as transformações do capitalismo tornaram o trabalho especializado hierarquicamente superior ao não-especializado. Isso significa, segundo Richta (1972, p. 27) que os Estados irão mobilizar o saber especializado da academia em prol do seu crescimento econômico. No lugar do montante de capital e trabalho, os países precisam atentar para a disposição de pesquisadoras qualificadas e de fundos de investimento em pesquisa que possam atuar na mudança qualitativa destes elementos. Deste modo, na perspectiva da RCT, a ciência se torna fulcral na produção capitalista, fazendo das universidades atores centrais desta produção.

Entretanto, a “transformação universal de todas as forças produtivas” projetada por Richta e seus colegas não se verifica no avanço do capitalismo aos dias atuais. A operação dos instrumentos de trabalho no “chão da fábrica” é ainda uma atividade essencial das cadeias globais de produção (FRASER, 2014; SALZINGER, 2001; SEABROOKE; WIGAN, 2017). Ainda assim, o conceito de RCT prevê uma centralização do conhecimento especializado nas dinâmicas produtivas que corresponde ao impacto dos discursos atuais que caracterizam as relações sociais e estatais contemporâneas como uma “economia do conhecimento” (*knowledge economy*).

Como elucida Vostal (2016, p. 72–76), a economia do conhecimento se tornou uma espécie de meta-discurso articulado entre os anos 1980 e 1990 por intelectuais e *policy-makers* no interior de organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que conceitualizou o conhecimento teórico e economicamente útil como o mais importante para o funcionamento das sociedades e para o desenvolvimento Estado-Nacional. O mantra desta conceituação nos documentos internacionais versa que “[a] economia está mais fortemente e mais diretamente enraizada na produção, distribuição e uso do conhecimento do que nunca” (LUNDVALL; FORAY, 1996, tradução nossa) e, por isso, tais atividades devem ser centralizadas nas políticas nacionais. Tal conclusão

foi difundida, sobretudo, pela OCDE que gerou, não apenas um processo de convencimento, mas uma mudança material nas relações econômico-sociais indicada pela reestruturação de instituições e políticas estatais em prol dos indicadores de performance construídos pela OCDE em favor da centralização do conhecimento na dinâmica econômica (Vostal, 2016, p. 74). Um dos principais exemplos desta reestruturação nos dias atuais são as próprias universidades, “pressionadas a agir cada vez mais como empreendimentos econômicos” (ibid., p. 70, tradução nossa), que devem commodificar a pesquisa e o ensino, vendendo-os à financiadores públicos e privados, a fim de maximizar suas vantagens comparativas na competição com outras universidades e instituições com atividade correlata:

Com a afinidade da academia e do conhecimento para a indústria, negócios e economia, os graus (ou seja, serviços educacionais) devem ser canalizados para as necessidades de agentes externas; inovação e empreendimento são considerados ‘cavalos de tração’ do crescimento econômico; espera-se que a descoberta científica gere lucro econômico (VOSTAL, 2016, p. 77, tradução nossa).

Considerando as reflexões que fizemos até aqui, podemos argumentar que a economia do conhecimento foi, portanto, a operação de um conjunto de estratégias implementadas, especialmente, pela OCDE que consolidou o poder estrutural da instituição através da legitimação do conhecimento. Definido que os Estados devem mobilizar suas instituições acadêmicas em prol do crescimento econômico, e que, conseqüentemente, tais instituições devem se relacionar entre si e com outras entidades a partir de imperativos competitivos do mercado, a OCDE, em associação com outros organismos, consegue estabelecer que o conhecimento legítimo, ao menos para o crescimento econômico dos Estados, é aquele gerado pelas universidades, porém aplicado na geração de desenvolvimento através do mercado. Diferente da economia política do conhecimento, a economia do conhecimento é, então, um meta-discurso que ofusca as desigualdades e disputas políticas envolvidas no trato com o conhecimento ao colocar o crescimento econômico como imperativo no qual o saber é, em si, uma benesse inquestionável.

Ao constituir poder estrutural através deste discurso, organismos como a OCDE, articulados com empresas e Estados, pavimentaram as transformações do capitalismo que intelectuais como Richta postulavam nos anos 1970, mantendo-as expressivas nos dias atuais. Mesmo que o conjunto das sociedades não dependa exclusivamente da ciência para a atividade produtiva, a narrativa do conhecimento como imperativo econômico foi pervasiva o bastante para constituir as relações entre Estados, instituições, empresas e universidades de acordo com esta leitura. Dito de outro modo, podemos não viver uma revolução total das dinâmicas produtivas, mas, sem dúvida, a centralidade do conhecimento na produção construída pelas transformações do capitalismo foi sustentada com capilaridade suficiente para impactar ainda hoje as relações produtivas em diferentes sociedades, sobretudo a partir da reestruturação das universidades como agentes similares a empresas, responsáveis pela disseminação de conhecimento especializado.

A reestruturação acadêmica aparece na literatura não apenas como o resultado de uma mudança histórica do capitalismo, mas, igualmente, como uma mudança

na história das próprias universidades. As autoras que discutem criticamente este processo destacam o que seria uma alteração drástica no compromisso histórico da atividade universitária com o bem público. Shrivastava e Shrivastava (2014), analisando o contexto norte-americano e sua influência sobre a política educativa de outros países, identificam que a expansão do ensino superior público nos EUA no início do século XX foi acompanhada por uma intensa neoliberalização, baseada em austeridade fiscal e no beneficiamento de grupos privados, aumentando os índices de desigualdade econômica. Neste sentido, as autoras afirmam: “[o] setor de PSE [educação pós-secundária] passou de um serviço ao público para um atendimento ao mercado com este último como fonte de receitas” (SHRIVASTAVA; SHRIVASTAVA, 2014, p. 6, tradução nossa). Volstal (2016) chega a uma conclusão similar ao analisar o trabalho de Daniel Bell sobre a sociedade pós-industrial que, por sua vez, é bastante baseado nas reflexões de Richta e seus colgas (BELL, 1976). Vostal (2016, p. 69, tradução nossa) chama atenção para como a leitura de Bell de que, com a RCT, haveria uma substituição do cálculo mecânico e econômico nas relações socioeconômicas pela expertise intelectual não se sustentou devido ao crescente imbricamento do saber especializado às diretrizes do mercado, de modo que “[a] previsão de Bell de que a organização e o propósito da produção material ficariam sujeitos a tecnologias intelectuais ‘progressistas’ preocupadas com o bem público não foi cumprida”.

Já Olssen e Peters (2005) constroem este argumento sobre a substituição do bem público pelo privado a partir de uma análise das relações de trabalho que se constituem na economia do conhecimento. Os autores destacam como essa economia pressiona diversos setores a operarem por um conjunto de filosofias que atrelam eficiência produtiva a relações de trabalho baseadas em contrato, onde a especificação de variadas funções é substituída por acordos com partes em posição hierarquicamente superior em uma cadeia de comando. Nesta nova linha administrativa, segundo os autores, a confiança na autonomia profissional da trabalhadora e em seu compromisso com o bem público, no caso de setores com a educação, é trocada “por conformidade, monitoramento e responsabilidade organizados em uma linha de gerenciamento e estabelecidos por meio de um contrato de compra baseado em resultados mensuráveis” (OLSSEN; PETERS, 2005, p. 325, tradução nossa). Apesar de introduzida pelo setor de negócios, essa dinâmica se tornou pervasiva na administração pública e se expressa significativamente no funcionamento das universidades. As autoras entendem que há, portanto, uma interrupção brusca dos compromissos éticos que a academia – dentre outras instituições ligadas à administração pública – teria estabelecido com a sociedade, devido à prevalência do neoliberalismo sobre organização institucional do saber acadêmico, incluindo, de modo especial: “[q]uando as organizações são regidas por novos arranjos e modelos de governança, sob relações de transparência [*accountability*] gerencializada, o que acontece com a presunção de confiança de que os servidores públicos atuarão no bem público?” (OLSSEN; PETERS, 2005, p. 326, tradução nossa).

Esta é uma leitura importante por atender para como o poder estrutural da academia na economia política do conhecimento continua ligado a uma articulação íntima entre universidades e mercado, capitaneada pelas políticas de Estado. Ainda assim, vale questionar até que ponto esta privatização da ciência representa uma ruptura no modo de funcionamento das universidades, considerando que as primeiras reflexões da economia política sobre a academia – como vimos com Richta e Amaral e Nova – já apontavam para este caminho. Mais que isso, podemos pensar o papel

das universidades na economia política do conhecimento em uma perspectiva ainda mais ampla que desafia a suposta filiação histórica entre a academia e o bem público.

Para Smith (2012), a história das universidades é a história de como a atividade de pesquisa foi institucionalizada nas colônias europeias em conexão com outras sociedades de aprendizado e pesquisa. A autora ressalta que, durante o colonialismo, as instituições de pesquisa foram transplantadas dos centros imperiais para as colônias, o que “permitiu que os interesses científicos locais fossem organizados e incorporados no sistema colonial” (SMITH, 2012, p. 8, tradução nossa). Estes interesses tinham a ver, sobretudo, com os empreendimentos privados de viajantes e exploradores que contavam histórias sobre seus contatos com “sociedades” ou “povos” indígenas e que, a partir das instituições universitárias fixadas nas colônias, podiam constituir estas narrativas como pesquisas científicas a fim de reproduzi-las nas metrópoles. Desta forma, as universidades fizeram parte, historicamente, do processo de legitimação de uma estrutura de poder colonial, baseado na circulação, das colônias para as metrópoles, do ponto-de-vista branco europeu sobre as culturas indígenas estipulado como atividade científica:

[m]uitos dos primeiros pesquisadores locais não foram formalmente ‘treinados’ e eram pesquisadores amadores e aventureiros. O significado dos contos de viajantes e aventuras de aventureiros é que eles representavam o Outro para um público geral na Europa, que se fixou no meio das ideias culturais. Imagens do chefe ‘canibal’, do índio ‘vermelho’, do curandeiro ‘bruxo’ ou da cabeça ‘tatuada e encolhida’, e histórias que falavam de selvageria e primitivismo, geraram mais interesse e, portanto, mais oportunidades para representar o Outro novamente. (SMITH, 2012, p. 8, tradução nossa).

O trecho acima revela que a relação das universidades com o colonialismo não se resume ao período de expansão europeia, mas se expressa na possibilidade que este período estabeleceu de que o Outro continuasse sendo fixado como uma representação do Eu eurocêntrico. Por isso, a perspectiva histórica do colonialismo revela não somente como as universidades estiveram imbricadas com o empreendimento expansionista europeu, mas como ainda hoje participam do corte colonial (SHILLIAM, 2015, p. 13) entre as pessoas e grupos que podem falar em nome da ciência e aquelas colocadas apenas como objetos de estudo das primeiras. Para Grosfoguel (2016) esse sistema epistemológico continua ativo no modo como as universidades utilizam o princípio da racionalidade como mecanismo de decisão sobre quem pode e quem não pode fazer ciência. O autor entende que este princípio está calcado na relação entre o cogito cartesiano “penso, logo existo” e os genocídios e espistimicídios que sustentaram essa noção como fundamento da racionalidade europeia. O autor entende que a estabilidade de um sujeito que existe porque pensa o mundo depende da crença de que este sujeito já conquistou o mundo e, por isso, pode fazer dele seu objeto. Por isso, “[o] *Ego conquiro* é a condição de existência do *Ego cogito* de Descartes” (GROSFUGUEL, 2016, p. 30). Contudo, o elo entre estes dois processos – de um lado, a conquista, de outro, a postulação do sujeito cartesiano – não está dado, mas, ao contrário, é construído pelo “extermino, logo existo” (*Ego extermino*), isto é, pela propensão de subjugar outros povos por meio da

violência, por genocídios e epistemicídios racistas/sexistas, como coloca Grosfoguel, a fim de delimitá-los para fora e abaixo da subjetividade racional. Desta forma, a violência colonial europeia contra povos mulçumanos, judeus, indígenas e africanos e, ademais, contra as mulheres em suas práticas de conhecimento foi essencial para constituir a noção eurocêntrica do que constitui a racionalidade. Este processo contribuiu para que as universidades fossem constituídas historicamente e sejam, até hoje, configuradas pelo monopólio de homens brancos dos países localizados no eixo anglo-saxão sobre o conhecimento científico. Isto porque, para eles, foi reservado o privilégio da racionalidade (GROSFOGUEL, 2016, p. 43-44).

Grosfoguel chama atenção para uma geopolítica do conhecimento que acrescenta algumas camadas de complexidade à economia política do conhecimento que investigamos até agora. Em primeiro lugar, ele elucida como o processo de legitimação pelo qual as universidades participam da estrutura do conhecimento é, sobretudo, um processo de racialização e genderização que privilegia o Ocidente branco e masculino na construção do saber que pode ser considerado racional. Isto significa que as agentes que tomam liderança nesta estrutura não o fazem em um terreno planejado, onde valem apenas as estratégias postas em prática para competir com outras agentes. A desigualdade deste terreno já era identificada por Amaral e Nova ao chamar atenção para as relações de classe do capitalismo, porém aqui percebemos que há outras hierarquias em jogo, sobretudo as raciais e de gênero. A disputa entre as agentes para controlar a estrutura de conhecimento se dá em um panorama histórico que já concentra a legitimidade científica em determinadas partes do planeta, e subvaloriza outras a partir de pressuposições sobre a superioridade racional branca, masculina e ocidental. Por isso, se os países líderes na estrutura de conhecimento, localizados, sobretudo, nos EUA e Europa (BELOW *et al.*, 2014), galgam esta posição ao, dentre outras práticas, mobilizar as universidades para difundir o conhecimento necessário à aplicação comercial e à inovação tecnológica, processo cada vez mais vantajoso na economia contemporânea, eles não obtêm poder estrutural por um sucesso intrínseco destas práticas, ou apenas porque as realizam melhor que outros Estados; mas, sobretudo, porque já exercem controle histórico sobre os mecanismos de legitimidade do conhecimento e, portanto, concentram as instituições e práticas de pesquisa que serão reconhecidas como modelos de ciência.

Considerando estas reflexões, se ampliarmos a perspectiva histórica sobre a economia política do conhecimento para dar conta do colonialismo veremos que as universidades e suas integrantes nunca foram naturalmente comprometidas com o bem público, como se a articulação com o mercado fosse um rompimento de sua vocação ontológica. Ao contrário, desde a expansão europeia nos séculos XV e XVI, a atividade acadêmica foi mobilizada por empreendimentos privados, de exploradores, viajantes e aventureiros, sustentados pelas potências coloniais e que foram não uma benesse social, mas, em grande medida, um modo de perpetuação das violentas e exclusões racializadas e genderizadas que marcam o sistema epistêmico colonial. Isto não quer dizer que o bem público não seja valorizado pelas instituições e suas integrantes em práticas e medidas específicas, mas que, no panorama histórico aqui explorado, estas iniciativas aparecem, elas sim, como desafios aos padrões privatistas e excludentes do funcionamento acadêmico, e não o contrário.

Tais padrões são, ainda hoje, forças motoras dos processos de legitimação e regulação pelos quais as universidades participam da disputa econômico-política na estrutura de conhecimento. O que vemos, porém, atualmente, é que esta disputa

acontece menos pela via diretamente expansiva, isto é, através do deslocamento de instituições acadêmicas das potências para os territórios que pretendem dominar, e mais pela via mercadológica, onde os Estados, mobilizando suas instituições e profissionais, competem com outros Estados e outras agentes – como os organismos internacionais – pelo exercício do poder estrutural através da troca de conhecimentos por inovações, financiamentos e vantagens comerciais. Isto porque, com as transformações do capitalismo entre os anos 1970 e 1980, a inovação através de conhecimento especializado se tornou o principal mecanismo de vantagem econômica e de manutenção do poder em um ambiente de alta competitividade empresarial. Os Estados privilegiados pela geopolítica do conhecimento asseguram este poder ao alcançar a capacidade de decidir os termos nos quais outros Estados devem mobilizar suas instituições acadêmicas. Meta-discursos como a economia do conhecimento, além de manter a relevância do saber especializado na dinâmica econômica, demonstram que estes termos se resumem à reestruturação das universidades para que ajam como empresas na busca por financiamentos e na difusão do conhecimento. Apesar desta mercantilização do ensino superior incidir diretamente sobre as relações de trabalho e o caráter da atividade científica, o imbricamento das universidades com a história do colonialismo não nos permite dizer que esta é, exatamente, uma ruptura com o funcionamento acadêmico, mais do que uma sustentação das dinâmicas coloniais pela via do mercado.

REARTICULANDO A ECONOMIA POLÍTICA DO CONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DE RIVERA CUSICANQUI

Como, portanto, considerar o colonialismo no conceito de economia política do conhecimento? Mais que isso: é possível falar neste conceito quando centralizamos as dinâmicas coloniais que fazem parte da atividade acadêmica? Isto porque, ao elucidar a constituição das universidades por princípios racializados e genderizados de racionalidade, autoras como Grosfoguel, na esteira de seus colegas filiados ao projeto de decolonização do conhecimento (DUSSEL; FORNAZZARI, 2002; WALSH, 2009), apontam mais estritamente para uma geopolítica do conhecimento, onde se destaca a posição geográfica de um agente no sistema internacional-colonial, imbricada com suas identidades de raça e gênero, ao invés dos processos de disputa por uma posição de controle e liderança na estrutura do conhecimento, inclusive porque; tais disputas, pouco alteram o *status quo* construído ao longo da expansão europeia.

Ainda assim, Rivera Cusicanqui (2010, p. 65, tradução nossa) insiste no valor analítico da economia política do conhecimento, para “sair da esfera das superestruturas e esmiuçar as estratégias econômicas e mecanismos materiais que operam por detrás dos discursos”. Isto porque, para a autora, estas estratégias e mecanismos apontam para as práticas coloniais que sustentam, inclusive, discursos como a decolonização e a trans-modernidade de autoras como Grosfoguel, Mignolo e Dussel. Rivera Cusicanqui nos convida a pensar, dentre outras problemáticas, sobre os aspectos materiais através dos quais estes discursos, como todos os outros que circulam entre instituições acadêmicas, ganham notoriedade no interior das relações universitárias, ainda que estejam, por vezes, desconectados das vivências colonizadas e subalternizadas com as quais pretendem dialogar.



A autora encara as universidades como “centros de poder” que, ao lado de fundações e organismos internacionais, possibilitam um fluxo de ideias que favorece o Norte Global. Nesta perspectiva, departamentos e até mesmo eventos universitários que espelham linguagens e modelos científicos predominantemente europeus e norte-americanos constituem pontos de conexão através dos quais as práticas de conhecimento vivenciadas no Sul Global por populações colonizadas e subalternizadas são traduzidas em jargões acadêmicos e, então, conduzidas ao Norte nos termos das potências centrais (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 63). Desta forma, os centros de poder universitários funcionam como “nós e sub-nós que conectam a certas universidades, correntes disciplinares e modas acadêmicas do norte com seus equivalentes no sul” (ibid., p. 63). Referindo-se, especificamente, aos estudos culturais na América Latina, a autora explica:

[e]sta nova estrutura de poder acadêmico se realiza na prática por meio de uma rede de professoras convidadas e visitantes entre as universidades e pelo fluxo –do sul ao norte– de estudantes indígenas ou afrodescendentes da Bolívia, Peru e Equador, que se encarregam de dar suporte ao multiculturalismo teórico, racializado e exotizante das academias (RIVERA CUSICANQUI, 2012, p. 65, tradução nossa).

A geopolítica do conhecimento, apesar de relevante, pouco engaja com estas redes do conhecimento acadêmico, visto que seu foco está na origem geo-cultural das ideias e suas professantes definida pelo sistema de Estados. Ainda que em perspectivas como a de Strange (2015) sejam os Estados os principais agentes mobilizadores de instituições e profissionais na esfera do conhecimento, a potência de sua atuação não estará dada apenas pela localização no Ocidente ou no Norte Global, mas por como conseguem controlar os canais de transmissão que conectam estas localidades. Por isso a importância do privilégio colonial ao eixo anglo-saxão não se resumir à origem das ideias, mas dizer respeito aos critérios de regulação e aos métodos científicos que conectam as variadas universidades no Sul aos parâmetros do Norte Global. Este controle é mercadológico, pois tem a ver com a possibilidade de, através das terminologias e dos modelos de pesquisa valorizados pela Europa e EUA, transformar as ideias construídas no Sul em produtos consumíveis pelo Norte.

O tipo de estrutura que descrevemos presta-se muito bem ao exercício do clientelismo como modo de dominação colonial. Através do jogo de quem cita quem, as hierarquias se estruturam e acabamos tendo que comer, regurgitado, o pensamento descolonizador que nós das populações indígenas e intelectuais da Bolívia, Peru e Equador produzimos de forma independente (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 66, tradução nossa).

Rivera Cusicanqui acredita que as hierarquias acadêmicas se estruturam desta forma porque a problemática do saber-poder na academia não é apenas uma “economia de ideias”: ela “também é uma economia de salários, comodidades e privilégios, assim como uma certificadora de valores através da concessão de qualificações, bolsas, títulos de mestre, convites à docência e oportunidades de publicação” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 65–66, tradução nossa). Nos termos da autora, a economia

política do conhecimento seria, portanto, a maneira com que ideias são trocadas por privilégios, benefícios e títulos em sua circulação entre universidades, estruturando, assim, relações hierárquicas entre as instituições de ensino superior e seus membros, que, por sua vez, possibilitam a operação do colonialismo nas relações entre Sul e Norte Global. Isto significa que a anuência aos termos científicos do Norte tem valor mercadológico: concede privilégios e oportunidades em troca de conhecimentos comercializáveis e, por isso, constitui posições das quais se pode reproduzir, novamente, a postura do viajante, isto é, conhecer o Outro sem garantir-lhe engajamento, porém assegurando valor científico a este saber. A geopolítica do conhecimento é, portanto, importante para iluminar hierarquias raciais e genderizadas que imputam diferenças na concentração de conhecimento especializado e categorizado como científico entre Sul e Norte global, entre o eixo anglo-saxão e as outras partes do globo. Entretanto, sem uma compreensão das dinâmicas de poder colonial que incidem sobre os fluxos do conhecimento universitário, ela acaba congelando este cenário geográfico e ofuscando as disputas por prestígio acadêmico ainda existentes, cuja operação constitui lugares de superioridade colonial, e que, nos critérios necessários para assumir estes lugares, mobiliza o exercício de poder estrutural pelos Estados e universidades.

Deste modo, acredito ser sim possível falar em uma economia política do conhecimento quando ampliamos o panorama histórico para dar conta do colonialismo, visto que, a partir das contribuições de Rivera Cusicanqui, podemos pensar como a continuidade da dinâmica colonial depende da mercantilização da atividade universitárias desde as relações mais minuciosas das acadêmicas entre si e com o conhecimento, que envolvem, dentre outros fatores, a valoração material do trabalho acadêmico, a concessão de prestígios pelo conhecimento científico e até mesmo “o jogo de quem cita quem” durante a escrita acadêmica (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 66). Na medida em que as universidades se estruturam como polos de poder nas relações entre Norte e Sul Global, todos estes processos lidam – mesmo que pela via da resistência (DAKKA, 2020) – com a transformação do conhecimento em bem comercializável, trocável por títulos, oportunidades e salários, bem como pela certificação científica concedida pelo Norte Global.

É neste sentido que a noção de Rivera Cusicanqui pode ser articulada com as definições trabalhadas anteriormente, incluindo a perspectiva histórica da RCT sustentada pela economia do conhecimento: se a economia política do conhecimento consiste nos processos pelos quais Estados e instituições disputam o exercício de poder estrutural e se, nos últimos anos, esta disputa tem dependido, centralmente, da implicação das universidades em lógicas neoliberais de mercado, a estruturação das universidades como centros de poder nas relações Norte-Sul Global pode ser vista como uma estratégia de que se vale das redes formadas entre as universidades e suas integrantes para a manutenção do fluxo de conhecimento e que está centrada, substancialmente, no colonialismo enquanto prática de extração de conhecimentos e de subjugação de comunidades inteiras como objetos da racionalidade eurocêntrica, através da qual a relação Norte-Sul se mantém hierárquica e em favor do Norte. Há uma geopolítica do conhecimento que revela a desigualdade entre Sul e Norte Global, mas que só constitui hierarquias e estruturas sólidas de poder através da economia política do conhecimento.

Em suma, em uma rearticulação do conceito, a economia política do conhecimento se refere, neste caso, aos processos de distribuição, armazenamento e produção de conhecimento pelos quais determinadas agentes participam dos fluxos

extrativistas de conhecimento entre o Sul e o Norte Global na busca por controlar os canais de transmissão e os mecanismos de legitimação do saber que, por sua vez, baseiam-se nas racializações e genderizações coloniais que diferenciam pessoas e grupos entre sujeitos e objetos do conhecimento científico. Esta disputa por controle incide no cotidiano da atividade acadêmica, na medida em que os fluxos do conhecimento, isto é, para que cadeiras, eventos e grupos disciplinares vai determinado saber e sua proponente, por quais canais de transmissão e entre quais nós e sub-nós navega; são fatores que mensuram a retribuição pelo trabalho intelectual – seja na forma de salários e bolsas, seja como oportunidades e títulos. Não por acaso, a pesquisa e o ensino universitários tem sido cada vez mais submetidos às lógicas competitivas e produtivistas do mercado (JESSOP, 2008; OLSEN; PETERS, 2005; SUM; JESSOP, 2013; WATERMEYER; TOMLINSON, 2018). Além disso, revela-se a distribuição desigual do conhecimento especializado, cada vez mais necessário em uma economia que preza pelo trabalho qualificado: os centros de poder universitário se concentram no Norte Global e, mesmo fora deste eixo, são articulados em prol dos Estados do Norte e demandam os termos e procedimentos da ciência eurocêntrica como pagamento inicial na economia política do conhecimento, dificultando o acesso de pessoas e grupos marginalizadas por estes eixos de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, busquei construir uma revisão do conceito de economia política do conhecimento que estendesse seu potencial analítico para além dos impactos do capitalismo sobre as instituições acadêmicas, encontrando as exclusões e violências coloniais que sustentam o poder epistemológico das universidades, ainda que sem deixar de lado a acumulação de capital. Busquei argumentar que este é um movimento importante para não naturalizar a associação das universidades ao público: esta precisa ser conquistada por respostas e resistências às hierarquias raciais e de gênero que constituem a atividade acadêmica. O principal exercício analítico para explorar este argumento foi colocar o conceito de economia política do conhecimento sob o ponto-de-vista histórico, evidenciando que sem a dinâmica colonial a história das mudanças econômico-políticas que incidem globalmente sobre a universidade ficaria incompleta: a expansão europeia, com seus genocídios e epistemicídios, foi um dos principais fatores para que as universidades se tornassem “centros” ou “nós” de poder entrelaçados a empresas, Estados e organismos internacionais, assegurando, assim, sua necessidade à manutenção de um mercado do conhecimento cada vez mais dependente da competição por inovações tecnológicas para a acumulação de capital.

Acredito, portanto que as contribuições de Rivera Cusicanqui nos apontam caminhos para dar conta desta história complexa através do conceito de economia política do conhecimento. A autora discute, centralmente, os fluxos de conhecimento entre Norte e Sul Global que, sedimentados pelos mecanismos de retribuição do trabalho intelectual, mantém ativas as práticas do colonialismo e as hierarquias que elas fundamentam. Mobilizar esta proposta analítica não significa, ao menos na abordagem deste artigo, renunciar à geopolítica do conhecimento, mas sim associá-la a uma preocupação com a mobilidade do conhecimento e sua imbricação com o mercado. Um esforço produtivo, neste sentido, será trabalhar as reflexões deste artigo em casos concretos, questões e problemáticas que envolvam o papel das universidades no capitalismo global.



REFERÊNCIAS

AMARAL, G.; NOVA, S. V. Economia política do conhecimento: sua importância para o conceito de cultura. *Ciência & Trópico*. Recife, v. 21, 1993.

BARRETT, B. The Dual Roles of Higher Education Institutions in the Knowledge Economy. In: BARRETT, B. (Ed.). *Globalization and Change in Higher Education: The Political Economy of Policy Reform in Europe*. Cham: Springer International Publishing, 2017. p. 57–73.

BELL, D. *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. Reissue edition ed. Nova Iorque: Basic Books, 1976.

BELOW, K. C. *et al.* Hidden in plain view: exploring the knowledge power of states. In: MAYER, M.; CARPES, M.; KNOBLICH, R. (ed.). *The Global Politics of Science and Technology*. v. 2, Global Power Shift. Berlin; Heidelberg: Springer, 2014. p. 117–141.

BROUCKER, B.; DE WIT, K. New Public Management in Higher Education. In: HUISMAN, J. *et al.* (Eds.). *The Palgrave International Handbook of Higher Education Policy and Governance*. London: Palgrave Macmillan UK, 2015. p. 57–75.

CASTELLS, M. *The rise of the network society*. 2ª ed. with a new pref ed. Chichester, West Sussex; Malden: Wiley-Blackwell, 2010.

DAKKA, F. Differentiation without Diversity: The Political Economy of Higher Education Transformation. In: HUISMAN, J. *et al.* (Eds.). *The Palgrave International Handbook of Higher Education Policy and Governance*. London: Palgrave Macmillan UK, 2015. p. 323–341.

DAKKA, F. Competition, innovation and diversity in higher education: dominant discourses, paradoxes and resistance. *British Journal of Sociology of Education*, Londres, v. 41, n. 1, p. 80–94, 2 jan. 2020.

DOS REIS SILVA JÚNIOR, J.; SPEARS, E. Globalização e a mudança do papel da universidade federal brasileira: uma perspectiva da economia política. *Revista Histedbr on-line*, v. 12, n. 47, p. 3–23, 2012.

DOS SANTOS, T. *Revolução Científico-Técnica*. Capitalismo Contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 1983.

DUSSEL, E. *Eurocentrism and modernity*: introduction to the Frankfurt lectures. *Boundary*, Durham, 2, v. 20, n. 3, p. 65–76, 1993.

DUSSEL, E. D.; FORNAZZARI, A. World-system and “trans”-modernity. *Nepantla: views from south*, Durham, v. 3, n. 2, p. 221–244, 2002.



FRASER, N. Behind marx's hidden abode for an expanded conception of capitalism. *New Left Review*, n. 86, p. 55–72, 2014.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, p. 25–49, 2016.

HAGGART, B. Taking Knowledge Seriously: Towards an International Political Economy Theory of Knowledge Governance. In: HAGGART, B.; HENNE, K.; TUSIKOV, N. (ed.). *Information, technology and control in a changing world: understanding power structures in the 21st century*. International Political Economy Series. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 25–51.

JESSOP, B. A Cultural Political Economy of Competitiveness and its Implications for Higher Education. In: JESSOP, B.; FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. (Eds.). *Education and the Knowledge-Based Economy in Europe*. Educational Futures. [s.l.] Brill | Sense, 2008. v. 24p. 11–39.

LUNDEVALL, B.-Å.; FORAY, D. The Knowledge-Based Economy: From the Economics of Knowledge to the Learning Economy. In: LUNDEVALL, B.-Å.; FORAY, D. (Eds.). *Employment and growth in the knowledge-based economy*. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 1996.

MIGNOLO, W. D. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Revised ed. Princeton; Woodstock: Princeton University Press, 2012.

OLSEN, M.; PETERS, M. A. Neoliberalism, higher education and the knowledge economy: from the free market to knowledge capitalism. *Journal of Education Policy*, Londres, v. 20, n. 3, p. 313–345, 1 jan. 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 107–130.

RICHTA, R. *Economia socialista e revolução tecnológica*. [s.l.] Paz e Terra, 1972.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Retazos: Tinta Limón Ediciones, 2010.

SALZINGER, L. Making fantasies real: producing women and men on the maquila shop floor. *NACLA Report on the Americas*, Nova Iorque, v. 34, n. 5, p. 13–19, mar. 2001.

SEABROOKE, L.; WIGAN, D. The governance of global wealth chains. *Review of International Political Economy*, Londres, v. 24, n. 1, p. 1–29, 2 jan. 2017.



SHILLIAM, R. *The Black Pacific: anti-colonial struggles and oceanic connections*. Londres: Bloomsbury Academic, 2015.

SHRIVASTAVA, M.; SHRIVASTAVA, S. Political economy of higher education: comparing South Africa to trends in the world. *Higher Education*, Dordrecht, v. 67, n. 6, p. 809–822, 1 jun. 2014.

SMITH, L. T. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. 2^a ed. Londres: Zed Books, 2012.

STRANGE, S. *States and Markets*. Reprint edição ed. London ; New York: Bloomsbury Academic, 2015.

SUM, N.-L.; JESSOP, B. Competitiveness, the Knowledge-Based Economy and Higher Education. *Journal of the Knowledge Economy*, Berlim v. 4, n. 1, p. 24–44, 1 mar. 2013.

TORRES, C. A.; SCHUGURENSKY, D. The political economy of higher education in the era of neoliberal globalization: Latin America in comparative perspective. *Higher Education*, v. 43, n. 4, p. 429–455, 1 jun. 2002.

VOSTAL, F. *Accelerating Academia*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2016.

WALSH, C. *Interculturalidad, estado, sociedad: Luchas de coloniales de nuestra epoca*. Quito: Abya-Yala; Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

WATERMEYER, R.; TOMLINSON, M. The Marketization of Pedagogy and the Problem of ‘Competitive Accountability’. In: MEDLAND, E. et al. (Eds.). *Pedagogical Peculiarities: Conversations at the Edge of University Teaching and Learning*. [s.l.] Brill, 2018. p. 87–98.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Nycolas da Silva Lau: Bacharel em Relações Internacionais. Mestrando de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua da Felicidade, S/N, 26.183-680, Belford Roxo, RJ, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído do projeto “Para além da técnica: produções narrativas sobre a economia política internacional do conhecimento através da pedagogia crítica na educação superior brasileira”, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2021.



AGRADECIMENTOS

Às professoras Isabel Rocha de Siqueira e Marta Fernández pelos comentários durante a confecção do projeto que possibilitou a produção deste artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Nycolas Candido da Silva Lau. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Êça Pereira da Silva
Jo Klanovicz

HISTÓRICO

Recebido em: 15 de outubro de 2021
Aprovado em: 14 de fevereiro de 2022

Como citar: LAU, Nycolas C. da S. Revisando a economia política do conhecimento: o lugar do colonialismo na atividade acadêmica. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 51, p. 449-468, maio/ago. 2022.

